

Colonização e subjetividade: por um novo modo de construir conhecimento

STALLONE ABRANTES*

MARCIA MORAES**

Resumo: O desígnio deste ensaio é refletir acerca das estruturas coloniais que compreendem e constroem nossa subjetividade, bem como nossas relações sociais, culturais e históricas. A colônia brasileira é o resultado de inúmeras violências, sobretudo da invasão portuguesa, responsável pela destruição de tudo que aqui existia, fixando no nosso cotidiano inúmeras naturalizações, presentes nos nossos livros didáticos, na nossa política, nas relações em sociedade e também em nossa subjetividade. As necessidades de repensar nossos referências de hoje, toma-nos de tal modo, que é preciso repensar as referências e o nosso modo de estar na produção de conhecimento, requer revolução e luta constante, e para tanto, uma potente transformação que estamos a fazer é refazendo nossos olhares.

Palavras-chave: Colonização; Subjetividade; Conhecimento.

Colonization and subjectivity: for a new way of building knowledge

Abstract: The aim of this essay is to reflect on the colonial structures that comprise and build our subjectivity, as well as our social, cultural and historical relationships. The Brazilian colony is the result of numerous acts of violence, especially the Portuguese invasion, responsible for the destruction of everything that existed here, establishing in our daily lives countless naturalizations, present in our textbooks, in our politics, in the relationships in society and also in our subjectivity. The need to rethink our references today, takes us in such a way that it is necessary to rethink the references and our way of being in the production of knowledge, it requires revolution and constant struggle, and for that, a powerful transformation that we are doing is remaking our looks.

Key words: Colonization; Subjectivity; Knowledge



* **STALLONE ABRANTES** é paraibano, psicólogo, homem cisgênero e gay, branco e professor de Psicologia. Doutor em Psicologia.



** **MARCIA MORAES** é Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

Introdução

O desígnio deste ensaio é refletir acerca das estruturas coloniais que compreendem e constroem nossa subjetividade, bem como as consequências em nossas relações sociais, culturais e históricas. O desejo de escrita se dá por duas principais questões: As formações acadêmicas são necessariamente pautadas em estruturas europeias e coloniais, tendo como referências homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, vindos das classes mais altas e tomados pela ideia que o conhecimento por eles produzido é base na produção de conhecimento em diferentes contextos.

Recompôr a rota global que toma a Europa como premissa básica da intelectualidade constitui um desafio na construção do conhecimento na atualidade, que nega a obra intelectual de pessoas negras e de religiões de matriz-africana, de pessoas neurodivergentes, de pessoas LGBTQIA+, de pessoas interioranas, de povos tradicionais e de tantos outros grupos minoritários.

Escrever algo encarnado é uma maneira de transitar pelas encruzilhadas da escrita, Mãe Beata de Yemanjá (2008) fala de um conhecimento construído nas encruzilhadas, que não dicotomizam os percursos e complexificam o lugar ocupado por uma energia singular apresentada na mitologia yorubana como Exú, a Boca do Mundo, aquela que tudo come, a construção de um plano que comunica e tudo faz circular. Exú é um importante movimento na percepção de novos referenciais epistemológicos e metodológicos, sobretudo no cenário brasileiro.

Este texto é resultado de muitas inquietações de uma bicha, branca, migrante da Paraíba para o Rio de Janeiro e trabalhadora no âmbito de favelas e territórios afetados por múltiplas

violências. Neste sentido, a questão central desse texto se desenvolve a partir do conceito de colonização e suas implicações na construção da subjetividade.

Caminho se conhece andando

Lembro que quando criança, o livro didático funcionava como um acontecimento. A turma em sua maioria esperava ansiosa para saber quais gravuras, ilustrações e textos seriam encontrados. A escola estadual do final da década de 90 e início dos anos 2000 no sertão da Paraíba traziam fortemente os resquícios da ditadura militar vivida em tempos passados: hino da bandeira ecoado uma vez na semana, o Pai Nosso rezado todos os dias antes de iniciar a aula e cadernos de caligrafia constituíam a realidade das crianças do ensino fundamental daquele período.

Recordo-me com muita nitidez que realizava no canto da cozinha da casa dos meus pais a tarefa de casa sobre o “Descobrimento do Brasil”. Folheando as páginas que encontrava, as figuras e as histórias que traziam o encontro de povos originários e portugueses através de uma espécie de felicidade e harmonia. A harmonia evidenciada no livro me levou quase que automaticamente aos desfiles do dia sete de setembro, em que no pingo do meio-dia, crianças uniformizadas desfilavam e coreografavam alguns passos de dança ao longo do asfalto. O contraditório era encontrar de um lado os jovens alistados uniformizados e policiais militares desfilando com armas na mão, atirando para cima como se soltassem fogos, e do outro, as bichas com seus *collants* de lantejoulas, tecidos de veludos, botas cano longos e muita fecheção.

Comumente, após o desfile naquele sertão paraibano muitas bichas ficavam na pracinha da prefeitura paquerando os

militares que após o esvaziamento do desfile corriam para os braços delas e a partir do desejo passavam de heróis da pátria, para os heróis das “puras”. Homens performando uma masculinidade hegemônica, símbolos maiores da colonização em nosso país, que ao longo desses mais de 520 anos de luta se colocam como expoente das terras, trazendo à tona o quão a colonização ainda formatava o pensamento de nossa sociedade.

A colônia brasileira é o resultado de inúmeras violências presentes desde o primeiro momento da invasão portuguesa, responsável pela destruição de tudo que aqui existia, fixando em nosso cotidiano inúmeras naturalizações, difundidos nos livros didáticos, na política, nas relações em sociedade e também em nossa subjetividade. Por Colônia, entendemos o movimento de aniquilação e destruição de todos os tipos de relações nativas que aqui habitavam antes da chegada dos europeus (LUSTOSA, 2017).

Condenados a desaparecer nessa terra, inicia-se a partir do século XVI o que podemos chamar de primeiro massacre brasileiro. No material didático das escolas não se menciona as mortes, os gritos, os estupros e tantas outras questões, o que encontramos nesses materiais são narrativas de troca de mercadorias, povos originários almejando a redenção celestial e portugueses como exemplos de povos, pela doçura e pela compaixão com os chamados de “nativos”.

Fanon (1968) lembra que a construção de um plano colonial é um projeto que foi feito para dá certo:

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira é indicada pelos quartéis e pelas delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado. O porta-

voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. Nas sociedades do tipo capitalista, o ensino religioso ou leigo, a formação de reflexões morais transmitidos de pai a filho, a honestidade exemplar de operários condecorados ao cabo, a honestidade ao cabo de cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor estimulado da harmonia e da prudência, formas estéticas de respeito estabelecida pela ordem, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que torna a tarefa que torna consideravelmente mais leve a tarefa das forças da ordem. (FANON, 1968, p. 28)

Os soldados e a militarização sugerida por Franz Fanon podem ser facilmente encontrados no Império Romano e na Grécia Antiga, quando aniquilar e dominar terras era o principal foco dessas sociedades. Este panorama europeu de conquistar e invadir povos se perpetuou e se instalou no cerne de toda a história humana. Logo, podemos entender que a nossa maneira de pensar, agir e se relacionar tem sólida relação com os modos de violência dos romanos, nos quais as ações e comportamentos se estruturavam a partir da própria ideia de violência, pois aniquilar o outro passa a ser uma maneira de firmar um lugar no mundo.

“Os condenados da Terra” (1968) é uma obra que marca a produção de estudos decoloniais, trazendo para a discussão não apenas os efeitos da colonização no pensamento, que retira a liberdade do radar das pessoas colonizadas, mas apresenta a necessidade de repensarmos nossas referências ao longo da história. Vale ressaltar que, o contexto da obra de Fanon foi a guerra pela independência da Argélia no continente africano, na ocasião dominada pela França imperialista. O autor aparece como um pensador da época que reiterou o lugar colonizador da

França, que baseada numa concepção racista e com o uso da violência e seu poder bélico se consolidou como uma força econômica e política na época.

A raça emerge no pensamento colonizador como uma premissa fundamental na colonização, “é o colono que fez e continua a fazer o colonizado” (FANON, 1968, p. 26), e não como um destino que institui, ou ainda, um lugar afirmado para ambos, como se fosse uma providência divina ou natural, se existe o colonizado, é na mesma medida em que as relações de poder na sociedade colocam uma experiência de vida como algo menor e inferior a outra, essa relação não se encerra assim, o colonizado não é como mostrado nos escritos ou no audiovisual, a luta pela liberdade e pela autonomia é um processo constante na experiência do colonizado.

Para o autor, a relação entre o colonizador e o colonizado é marcada pelas baionetas e canhões, ou seja, tem caráter violento. Sair de um lugar colonizado requer um movimento revolucionário que envolverá algum elemento da violência. Não há relação entre a colônia e a metrópole sem violência, pois o que sustenta essa relação é justamente essas práticas. A linguagem da violência que o colonizado apresenta é uma estratégia perversa criadora de ciclos viciosos e nesse âmbito “o homem colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança” (FANON, 1968, p. 193). O movimento de definição e reflexão em relação ao futuro embasado na concepção de esperança atravessa com intensidade os corpos negros, com o intuito de se autoafirmar o lugar do povo preto no mundo.

Maria Lugones (2014), mulher, latina, nascida na Argentina desenvolveu ao longo das suas pesquisas uma discussão entre decolonialismo e questões de

gênero, estabelecendo críticas em torno da modernidade que universaliza diferentes experiências, na qual o gênero, a sexualidade, a raça e a origem são mais que elementos individuais e categorias e se interpelam através de movimentos e organizações de resistência frente a lógica patriarcal, racista e capitalista.

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. (LUGONES, 2014, p. 936)

A centralidade europeia e o desenvolvimento de uma visão criada no Ocidente sobre a ideia de homem e seus modos de vida se dissiparam e geraram nos diversos modos de viver uma constante deformação de suas origens e de suas memórias.

As grandes navegações a partir do século XIV desencadearam um processo dolorido e negativo para os povos do Oriente e das Américas, num movimento que dizimou milhões de famílias, de pessoas e de lugares. “Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (LUGONES, 2014, p. 936). Contudo, historicamente a figura dos romanos e dos portugueses permaneceu intacta, tomados como heróis solidificaram a ideia de que havia um funcionamento hostil e animalesco

direcionado aos povos colonizados, e havia os detentores da pura alma, da moral e dos hábitos a serem admirados.

Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação de valores [...] Por vezes este maniqueísmo vai até o fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. (FANON, 1968, p. 31)

Luciana Ballestrin (2013) em seu texto “América Latina e o Giro Decolonial” nos coloca frente à emergência do pensamento da modernidade e da decolonialidade. Pensando sobre a discussão em relação ao binômio modernidade/colonialidade, evidencia a importância de um movimento epistemológico que possibilite uma crítica no campo das ciências humanas, sendo necessário outras produções históricas e políticas, tomando como base a experiência e a formação da população latino-americana.

A urgente reflexão em relação ao conceito de colonialidade se refere à edificação e noções que até hoje é vigente em relação ao terceiro mundo, que se conectam à dependência e à exploração dos latino-americanos pelo Imperialismo. Quijano (2009, p. 73) fala de uma potente compreensão em torno da ideia de colonialidade, definindo como “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular”.

Quando Quijano (2009) pensa a ideia da colonialidade e da colonização, ele pontua a diferenciação entre colonialidade e colonização, ainda que nos estudos e pesquisas sejam diretamente vinculados, a colonização diz de um processo estruturante de dominação e exploração,

seja política, identitária e geográfica, já a colonização tem maior capilaridade, sendo a subjetividade o principal alvo de imposição e mudança.

É com a possibilidade repensar a relação antagônica que há entre o colonizador e o colonizado que a Ballestrin (2013) acredita na presença do colono como impedimento do colonizado de existir em sua totalidade, principalmente se olharmos nossos processos de construção do pensamento brasileiro que ainda hoje apresenta dificuldade em se destituir dos cânones europeus e norte-americanos, e até a atualidade não conseguiu transcender epistemologicamente em torno dos seus referenciais. Os povos originários e as pessoas que viviam em África passaram não apenas a serem assujeitados dos colonos, mas terem suas existências físicas e simbólicas exterminadas.

A partir da divisão do mundo e seus binarismos, atravessando dicotomias como a da raça, por exemplo, o colonizador não é naturalizado no campo territorial que quem é colonizado. Dado que o discurso universal da colônia não abarca as diferentes nuances do cotidiano, dos costumes e das histórias, caminhamos por outra mão, “afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta” (FANON, 1968, p. 30), que tende a retirar o caráter de humanidade dos povos que não surgiram em continente europeu. O colonizador e seu discurso animalizam e desumanizam povos originários e africanos, um exemplo é o modo como os escritos de Portugal apresentam as populações que aqui já estavam antes da invasão.

A descrição feita pela carta de Pero Vaz de Caminha apresenta de maneira direta essa ideia: “Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.

Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros.” (CAMINHA, 1963, s.p) O que o Pero Vaz articulou em sua carta não são apenas características físicas, mas uma forma colonial de colocar em xeque outra possibilidade de estar no mundo, de experienciar o corpo, de entrar em contato com o outro, colocando como única e exclusiva possibilidade seu modo de compreender a vida.

A carta que até hoje é referência literária no Brasil, apresenta de maneira direta o olhar subjulgador. Acerca dos povos originários, ele diz "todos andam rapados até por cima das orelhas; assim mesmo de sobancelhas e pestanas. Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas de tintura preta, que parece uma fita preta da largura de dois dedos."(CAMINHA, 1963, s.p). Nesta citação da escrita de Pero Vaz de Caminha está explicitado um olhar universal e cristalizado, onde a violência e o julgamento se estruturam para iniciar inúmeras violências presentes no cotidiano brasileiro, capilarizando-se e constituindo os nossos processos subjetivos, incluindo aqui nosso olhar, nosso pensar e o nosso fazer.

A partir do momento que entendemos que a nossa subjetividade foi colonizada tal qual a escrita da carta de Caminha conseguimos visualizar o problema: desde a chegada dos colonos no território foi efetividade uma maneira de construir o mundo que se dá sob a égide sob os processos de apagamento, a escrita nesse âmbito registra e faz aparecer o caráter de verdade sobre tudo que é documentado. A subjetividade passa a ser um conceito fundamental para continuarmos essa compreensão que atravessa a colonialidade e a colonização.

¹A utilização do termo originários se refere aos povos que aqui estavam antes das chegadas dos colonizadores. Não será utilizada a palavra índio, entendendo que essa nomenclatura foi dada pelos

Subjetividade colonizada ou quando não sobrou nada

Encontrei com uma amiga de pele retinta que me contou sobre um sonho frequente, o mesmo trazia um tempo em que africanos e povos originários¹ eram escravizados. Viu sua bisavó dando uma cuia de remédio para uma mulher escravizada e que a mesma estava buchuda de um cruel senhor de engenho. Vez ou outra, no deitar do sol, a buchuda aparecia na mata em busca de ajuda, das ervas e de algum tipo de auxílio. Sua bisavó era uma nativa livre, muito pouco se falava disso, inclusive porque quase nenhum povo originário viveu no decorrer da história para contar sobre esses encontros.

Crianças, senhoras, mulheres e homens degolados e enterrados na terra. No sonho apareciam moços de vestes pretas, na qual sua bisavó os temia, pois falavam mansos, estendiam os braços e falavam de uma divindade que tudo vigia e tudo sabia. Ela em seu sonho ficava feliz ao reencontrar sua bisa, lembrou do seu jardim cheio de rosas amélias, com muitas pétalas, com babosas e com um pé de mamão. O riso enquanto dormia parecia acalmar o peito sofrido cheio de muitas marcas, que para ela, dormindo nunca se está sozinha.

Acordou e não conseguiu dormir, lembrou que os homens que vestiam preto ainda continuavam pelos sertões, agora com vestes coloridas, apesar de parecer menos preocupada. Catou o terço que estava ao lado da sua rede e rezava pela memória da sua bisavó. Rezar na concepção dela foi a forma de se aproximar daquelas que se foram, uma espécie de resgatar uma conversa, ou ainda, a memória que não escapava, sua bisavó vive.

européus a chegarem nas terras brasileiras, visto que, são diversas as populações nativas que aqui se encontravam e ainda existem.

A reza com o terço constitui a operacionalização dos processos coloniais que se enraizaram. O cristianismo sobressaiu quaisquer outras existências, corroborando com a afirmativa que os homens que falavam mansos conquistaram seus objetivos e que a santíssima Trindade: Poder, Ser e Saber (BALLESTRIN, 2011) estava incorporada na vida das pessoas. O Poder na estruturação das relações e constituindo a maneira que as relações humanas e sociais serão configuradas, onde há a manutenção de desigualdades e também a composição da violência que estrutura o campo brasileiro até hoje. O Ser na concepção que arquiteta nossa percepção e compreensão de mundo, compondo nossa subjetividade. Saber na compreensão que existe uma produção de conhecimento e de conceitos que se edificam e se capilarizam nas experiências cotidianas.

No cotidiano da colônia, as constituições familiares foram marcadas pelo patriarcado, tendo como principal expoente o homem branco. Costa (1983) relata que as mulheres brancas eram tidas como as responsáveis pela administração do domicílio, muitos dos objetos e instrumentos utilizados para o consumo interno tinham sua construção dentro das próprias casas. Havia na estrutura familiar branca-colonial uma evidente hierarquização de valores e de lugares, sendo que o homem branco estava no topo. O pátrio poder é um dos pilares essenciais na manutenção da composição social da época, sobretudo o lugar em que as mulheres ocupariam nas estruturas sociais e também a negação da existência de pessoas negras e dos povos originários. A chegada dos europeus no território brasileiro vislumbrou a formação de uma estrutura social agrária com base na exploração da força de trabalho e escravocrata.

Agrária no que tange ao modo como ela se constituiu, escravocrata na maneira como usou da força escrava e dos povos originários para o manuseio de produtos e da produção econômica. Logo, perceber a conjuntura familiar durante a colônia é importante para compreender o modo como o Brasil foi colonizado a partir da exploração de pessoas e de recursos naturais. Tal concepção faz emergir para estes escritos a maneira que os europeus se relacionam com o mundo, tendo como base a exploração.

Spivak (2010) nos faz pensar na relação que a subjetividade ocidental engoliu as culturas e a construção do conhecimento de outros territoriais globais, auxiliando no questionamento do lugar do investigador, espaço onde o colono é colocado no *status* soberano. Nesse campo, a produção intelectual não se resume a uma ideia e também a um nicho, passa ainda para uma esfera política, social e econômica.

Com o entendimento que a política e a economia são pilares estruturais das nossas construções subjetivas, a necessidade de repensar a nossa relação com o mundo se articula com os modos que construímos conhecimento e percepções das relações. Ailton Krenak (2019), um importante intelectual brasileiro, filósofo, coordenador da rede “povos da floresta” e nativo do povo Krenak, nos interpela com um momento de sua história, na qual foram lhe feitas duas perguntas pelos povos *yanomamis* em um determinado momento: Como a população mundial arruma alimento? Para onde vai o lixo que as pessoas produzem? Ambas as questionamentos são cruciais para pensarmos acerca da nossa subjetividade estruturada pelos processos coloniais. Primeiro por conta do aumento significativo de pessoas que convivem com a fome, segundo pela degradação ambiental que estamos experienciando, a

colonização se estrutura na fome e na degradação do meio ambiente.

Entre enfrentamentos e desafios para acabar com o mundo moderno, muitas são as explanações encontradas, dentre elas a Jota Mombaça, uma pessoa não binária, preta e potiguar que articula suas ideias para repensar a concepção subjetiva presente no mundo desde a modernidade atravessada por muitos desejos:

DESEJAMOS PROFUNDAMENTE QUE O MUNDO COMO NOS FOI DADO ACABE. E esse é um desejo indestrutível. Fomos submetidas a todas as formas de violência, fecundadas no escuro impossível de todas as formas sociais, condenadas a nascer já mortas, e a viver contra toda formação, no cerne oposto de toda formação. Desejamos profundamente que o mundo como nos foi dado acabe. E que ele acabe discretamente, no nível das partículas, na intimidade catastrófica deste mundo destituído de mundo, este mundo que até a própria terra rejeita (MOMBAÇA, 2019, p. 98).

Mombaça e Krenak repensam a lógica de povoamento capitalista, “tem pedaços do mundo que já caíram. Nós fazemos profecias sobre uma possível queda do céu, mas muitos pedaços desse céu já caíram, em alguns casos, caíram em série” (KRENAK, 2015, n.p.) sendo preciso entender a Terra como princípio fundante de nossa experiência humana, remetendo um ditado nativo que diz “é preciso pisar na Terra suavemente, como um pássaro que voa no céu e você olha, mesmo sem ele deixar rastros”, os rastros aqui pensados têm conexão com as formas de agir que acabam deteriorando os espaços que habitamos, transcorro essa ideia para a conexão com o conhecimento que emerge de nossas histórias, pensar com cautela, com cuidado e com suavidade nunca se fez tão necessário, mediante a

correria e a rapidez das relações que são efetivadas no século XXI.

Ailton Krenak ainda nos lembra que seu povo já foi mais de cinco mil pessoas, hoje com otimismo chegam em torno de 600, na subjetividade do povo brasileiro a violência, os desaparecimentos passam a constituir a história, pois determinados povos são apresentados como inferiores, numa díade que foi articulada perpetuada em cada esquina dessa nação: só há subjetividade porquê existe violência, quase como se a existência de uma estivesse condicionada à outra.

Krenak (2019) quando interpelado pela pergunta o que o índio pode ensinar para o branco? Sutilmente e de forma muito certeira responde “apenas o que o branco quer aprender”, cirúrgico e certo, apresenta outra rota para discutir qual o lugar coletivo nos processos de transformação e que não há relação de aprendizado e transformação quando não nos afetamos. Um convite para ficarmos descalços e nos (re)conectamos com a terra, alinhado ao retorno a nossa história podemos encontrar uma potente reflexão acerca da compreensão do nosso pensamento, atrelados a ideia do homem como ser central em detrimento da existência de tudo que é vivo, Krenak apresenta:

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% está totalmente alienado do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da Floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que

compartilhamos (KRENAK, 2019, p. 9).

Cabe ainda ressaltar que, o modo como a colonização brasileira ocorreu é diferente de vários países. No Brasil, os portugueses podiam chegar das navegações acompanhados por suas esposas, amigos e parentes, acabando por transitar de forma mais intensa e voltando quando conveniente para Portugal, levando o que exploravam aqui e o que fosse lucrativo (SOARES, 2002).

1548, o monarca português tomava para si, a história, as terras e a posse das vidas. Numa carta escrita quase meio século após a chegada portuguesa, o colonizador escrevia:

de vendo eu quanto cumpre a serviço de Deus e meu conservar e enobrecer as capitanias e povoações que tenho nas minhas terras do Brasil, ordenei ora de mandar fazer uma fortaleza e uma povoação grande e forte na Baía de Todos os Santos [...] para daí se ministrar a justiça e prover nas cousas que cumprem ao meu serviço e aos negócios da minha fazenda (CARTA, 1924, p. 334).

O caráter religioso presente na carta, ora já direcionando as terras já habitadas para os recém-chegados, ora colocando como uma vontade soberana e que sobressaiu os costumes e as crenças de quem aqui já estava diz de uma forma de construir conhecimento e intervir naquela realidade. Na distribuição territorial conhecido como as Capitanias, encontramos um homem por nome de Francisco Pereira Coutinho, que em 1536 por ordem da coroa fundava a cidade rodeada por uma fortaleza que seria metrópole de Tomé de Sousa, aristocrata de sua confiança, que recebia tal responsabilidade por anos seguidos, como administrador desta capitania e “governador geral de todas as capitanias e terras da costa do dito Brasil, com 400.000 reais de ordenado em cada um ano”

(CARTA, 1924, p. 335). O cristianismo como base estrutural da colonização se presentificou nas ideias e nos costumes, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres (LUGONES, 2014, p. 937), o que gerou conflitos, estupros, violências sexuais e assassinatos.

A invasão de terras e o genocídio da população originária passaram a ser instrumento de intervenção recorrente. Milhares de pessoas mortas, famílias destruídas, terras roubadas, mas o que é contado através dos tempos são as ações de Portugal e seu modo de operar colonial que justifica a emergência desse país, valorizando principalmente a cultura e o pensamento europeu, como se Portugal fosse o protagonista dessa terra.

Nesse sentido, não podemos deixar de entender que o Brasil é um conjunto de elementos, símbolos e imagens, e como tal, permeado de jogos de poder e forças que de algum modo é atravessado pelas relações raciais e sociais, pela composição histórica e a própria construção territorial.

O caminho nunca é colonial

A compreensão dos efeitos do processo de colonização nas nossas relações é uma urgência que atravessa os modos como concebemos e construímos o nosso conhecimento. Através da descolonização das nossas relações fazemos emergir outros pensamentos das pessoas que historicamente foram negadas o entendimento que são produtores de conhecimento, e que são importantes para as relações estabelecidas.

As necessidades de repensar nossos referências de hoje, toma-nos de tal modo, que é preciso repensar as referências e o nosso modo de estar na produção de conhecimento, requer revolução e luta constante, e para tanto, uma potente

transformação que estamos a fazer é refazendo nossos olhares. Há outros conhecimentos não coloniais que nos afetam, que constituem os corpos das pessoas que sempre estiveram presentes em nosso país.

Reconhecer o quão os processos coloniais ainda atravessam os nossos fazeres é uma premissa incontestável na produção do conhecimento e da subjetividade no Brasil de hoje, principalmente quando somos levados a pensar acerca dos efeitos da colonização e das violências que ainda se solidificam em nossa sociedade.

Pensadores como Fanon e Krenak direcionam a discussão não apenas para o campo epistemológico que tem uma importância, mas constroem argumentações em torno da história e de trajetórias sociais que auxiliam a compreensão dos processos coloniais em diversos momentos e territórios, sendo necessário colocar em questão o curso da colonialidade para que assim, possamos construir novas maneiras de ser e estar no mundo.

Referências

BALLESTRIN, L. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jvhv/abstract/?lang=p>. Acesso em 14/06/2023.

CAMINHA, P. V. **Carta a El Rei D. Manuel**. Dominus : São Paulo, 1963

CARTA de nomeação de Tomé de Sousa como primeiro governador-geral do Brasil. In: **A História da Colonização Portuguesa do Brasil**.

Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Dir. coord. literária de C. Malheiro Dias; dir. cartográfica do conselheiro Ernesto de Vasconcelos; dir. artística de Roque Gameiro. Porto: Litografia Nacional, 1924.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, M. Rumo ao feminino decolonial. **Estudos Feministas**, n. 22, v. 3, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ref/a/OtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11/01/2023.

LUSTOSA, T. Manifesto traveco-terrorista. **Concinnitas (Online)**, v. 1, p. 384-409, 2017. Disponível: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25929. Acesso em 22/03/2023.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Lisboa: Galerias Municipais, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In B. S. Santos.; M. P. Meneses (Orgs.). **Epistemologias do sul** (pp. 73-117). Coimbra: Coimbra, 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOARES, A. C. N. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

YEMONJÁ, M. B. **Caroço de Dendê: A sabedoria dos terreiros - Como ialorixás e babalorixás passam conhecimentos a seus filhos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

Recebido em 2023-06-27

Publicado em 2024-05-31